



Quinta-feira, 3 de Janeiro de 2019

I Série – N.º 1

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 160,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
		Ano	
	As três séries	Kz: 611 799.50	
	A 1.ª série	Kz: 361 270.00	
	A 2.ª série	Kz: 189 150.00	
	A 3.ª série	Kz: 150 111.00	

IMPRESA NACIONAL - E.P.

Rua Henrique de Carvalho n.º 2

E-mail: callcenter@impresanacional.gov.ao/marketing@impresanacional.gov.ao
www.impresanacional.gov.ao

CIRCULAR

Excelentíssimos,

Temos a honra de convidá-los a visitar a página da internet no site www.impresanacional.gov.ao, onde poderá *online* ter acesso, entre outras informações, aos sumários dos conteúdos de *Diários da República* nas três séries.

Havendo necessidade de se evitarem os inconvenientes que resultam para os nossos serviços do facto de as respectivas assinaturas no *Diário da República* não serem feitas com a devida oportunidade;

Para que não haja interrupção no fornecimento do *Diário da República* aos estimados clientes, temos a honra de informá-los que, até 15 de Dezembro de 2018, estarão abertas as respectivas assinaturas para o ano 2019, pelo que deverão providenciar a regularização dos seus pagamentos, junto dos nossos serviços.

1. Enquanto não for ajustada a nova tabela de preços, a cobrar pelas assinaturas para o fornecimento do *Diário da República* para o ano de 2019, passam, a título provisório, a ser cobrados os preços em vigor, acrescidos do Imposto de Consumo de 2% (dois por cento):

As 3 Séries.....Kz: 734.159,40

1.ª Série.....Kz: 433.524,00

2.ª Série.....Kz: 226.980,00

3.ª Série.....Kz: 180.133,20

2. Tão logo seja publicado o preço definitivo, os assinantes terão o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para liquidar a diferença apurada, visando assegurar a continuidade do fornecimento durante o período em referência.

3. As assinaturas serão feitas apenas em regime anual.

4. Aos preços mencionados no n.º 1 acrescer-se-á um valor adicional, para portes de correio por via normal das três séries, para todo o ano, no valor de Kz: 95.975,00, que poderá sofrer eventuais alterações, em função da flutuação das taxas a praticar pela Empresa Nacional de Correios de Angola-E.P. no ano de 2019.

5. Os clientes que optarem pela recepção dos *Diários da República* através do correio deverão indicar o seu endereço completo, incluindo a Caixa Postal, a fim de se evitarem atrasos na sua entrega, devolução ou extravio.

6. Os clientes que optarem pela recepção dos *Diários da República* da III Série, através do correio electrónico, deverão indicar o endereço de *e-mail*, a fim de se processar o envio.

Observações:

a) Estes preços poderão ser alterados se houver uma desvalorização da moeda nacional, numa proporção superior à base que determinou o seu cálculo ou outros factores que afectem consideravelmente a nossa estrutura de custos;

b) As assinaturas que forem feitas depois de 15 de Dezembro de 2018 sofrerão um acréscimo aos preços em vigor de uma taxa correspondente a 15%.

Telf: +244 222 392 793/331 689/Fax: +244 337 270
Tlm: 948 511 036/913 147 806

E-mail: callcenter@impresanacional.gov.ao/marketing@impresanacional.gov.ao
www.impresanacional.gov.ao

SUMÁRIO

Órgãos Auxiliares do Presidente da República — Casa Civil —

Rectificação n.º 1/19:

Rectifica o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Presidencial n.º 275/18, de 26 de Novembro, publicado no *Diário da República* n.º 177, I Série, que transforma a empresa pública TAAG — Linhas Aéreas de Angola, E.P., em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos,

CAPÍTULO IV Disposições Finais

ARTIGO 8.º (Funções administrativas)

1. As funções administrativas do Gabinete de Intercâmbio são asseguradas por um secretariado, ao qual compete:

- a) Assistir Administrativamente o Director do Gabinete;
- b) Controlar e registar a entrada e saída de toda a documentação ou a sua distribuição aos técnicos do Gabinete;
- c) Proceder à expedição de toda a documentação que assim o exija;
- d) Coordenar a execução de todo o trabalho informatizado;
- e) Organizar o arquivo geral da documentação do Gabinete;
- f) Zelar pela operacionalidade e controlo do património do Gabinete, realização do seu inventário nos termos da legislação aplicável e respectivos registos;
- g) Arquivar e controlar a legislação e demais bibliografia do Gabinete;
- h) Analisar os relatórios dos Órgãos do Gabinete;
- i) Desempenhar as demais tarefas que lhe sejam atribuídas por lei ou superiormente.

2. O secretariado do Gabinete é coordenado pelo (a) secretário (a) do Director Nacional.

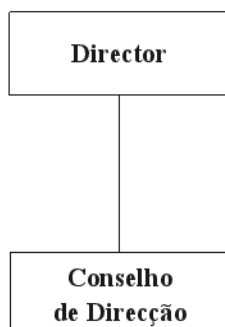
ANEXO I

Quadro de pessoal a que se refere o artigo 29.º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/13, de 23 de Agosto

Grupo de Pessoal	Categoria/Cargo	Número de Lugares
Direcção	Director	1
Técnico	Técnicos	9
	Total	10

ANEXO II

Organograma do Gabinete de Intercâmbio



A Ministra, *Maria Ângela Teixeira de Alva Sequeira Bragança*.

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Decreto Executivo n.º 3/19 de 3 de Janeiro

Considerando que através do Decreto Executivo n.º 608/17, de 6 de Outubro, foi criado o Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas na Faculdade de Direito da Universidade Mandume Ya Ndemufayo;

Tendo em conta que o Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas na Faculdade de Direito da Universidade Mandume Ya Ndemufayo começou a ser ministrado no Ano Académico 2013;

Havendo interesse público que, a título excepcional, seja acau- telada a atribuição de efeitos retroactivos ao Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas, ministrados na Faculdade de Direito da Universidade Mandume Ya Ndemufayo, desde de 2013;

Urge a necessidade de se proceder o aditamento ao Decreto Executivo n.º 608/17, de 6 de Outubro, visando atribuir efeitos retroactivos a vigência do Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas, ministrados na Faculdade de Direito da Universidade Mandume Ya Ndemufayo;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República, e de acordo com o disposto nos pontos n.ºs 1 e 3 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 Outubro, determino:

ARTIGO 1.º (Aprovação)

É aprovado o aditamento do artigo 8.º-A ao Decreto Executivo n.º 608/17, de 6 de Outubro, que aprova o Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas na Faculdade de Direito da Universidade Mandume Ya Ndemufayo.

ARTIGO 2.º (Aditamento do artigo 8.º-A do Decreto Executivo n.º 608/17, de 6 de Outubro)

É aditado ao Decreto Executivo n.º 608/17, de 6 de Outubro, o artigo 8.º-A, com a seguinte redacção:

«ARTIGO 8.º-A (Efeitos retroactivos)

O presente Decreto Executivo tem efeitos retroacti- vos a partir do Ano Académico 2013».

ARTIGO 3.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Titular do Departamento Ministerial responsável pela Gestão do Subsistema de Ensino Superior.

ARTIGO 4.º (Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 19 de Dezembro de 2018.

A Ministra, *Maria do Rosário Bragança Sambo*.

MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS E PETRÓLEOS

Despacho n.º 1/19
de 3 de Janeiro

Tendo em conta que por força do artigo 170.º do Código Mineiro, o Ministério da Tutela tem o dever de criar as condições para a integração dos mineiros artesanais em cooperativas e outras formas organizadas de actuação, que resultem num melhor aproveitamento dos recursos naturais em benefício das populações, de harmonia com a política do Poder Executivo para o Sector;

Cumprindo com o disposto estabelecido nos artigos 140.º e 141.º do Código Mineiro e demais obrigações do Código Mineiro, a Cooperativa Mineira Quisseca, R.L. requereu a prorrogação de direitos mineiros de exploração artesanal e semi-industrial de diamantes;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas da alínea b) do n.º 1 do artigo 89.º, n.º 3 do artigo 95.º, n.º 4 do artigo 177.º, e do artigo 282.º, todos do Código Mineiro, determino:

ARTIGO 1.º (Aprovação)

É aprovada a prorrogação de direitos mineiros a favor da Cooperativa Mineira Quisseca, R.L., para a exploração artesanal e semi-industrial de diamantes, no Município de Quela, Província de Malanje, na área de concessão definida no artigo 2.º deste Despacho.

ARTIGO 2.º (Área de concessão e coordenadas geográficas)

1. A área inicial da concessão tem uma extensão de 130Km², limitada pelas seguintes coordenadas geográficas:

Vértices	Longitude	Latitude
1	09º 30' 00" E	17º 12' 14" S
2	09º 23' 00" E	17º 12' 14" S
3	09º 23' 00" E	17º 17' 42" S
4	09º 30' 00" E	17º 17' 42" S

2. A área exacta da concessão deve respeitar as coordenadas definidas no Título de Exploração a ser emitido na sequência dos trabalhos complementares de demarcação previstos no artigo 147.º do Código Mineiro.

ARTIGO 3.º (Associação com terceiros)

1. Para a execução das actividades necessárias ao exercício dos direitos mineiros referidos no presente Despacho, a concessionária pode associar-se a terceiros com idoneidade financeira e capacidades técnicas comprovadas desde que desta associação não resulte outro ente jurídico nem estes detenham o controlo.

2. Caso esta associação implicar alterações no modo de operação da concessão, a parte angolana deve conservar os poderes de administração e outros poderes que lhe permitam ter o controlo efectivo das operações mineiras.

ARTIGO 4.º (Mão-de-obra local)

O titular da concessão aprovada ao abrigo deste Despacho apenas pode empregar pessoas integradas como co-titulares da Cooperativa, as quais devem reunir os requisitos do artigo 285.º do Código Mineiro.

ARTIGO 5.º (Integração cooperativa)

A Cooperativa Mineira Quisseca, R.L. deve remeter à Concessionária Nacional e à Tutela a listagem dos mineiros artesanais que actuam sob a égide deste título, as evidências de que estes cumprem os requisitos do artigo 285.º do Código Mineiro e a prova de que os mesmos foram integrados como membros da Cooperativa, não sendo dela meros trabalhadores.

ARTIGO 6.º (Consequências da não integração cooperativa)

Independentemente da designação estatutária do titular da concessão aprovada ao abrigo deste Despacho, sempre que na prática os mineradores artesanais não tenham a possibilidade de fazer parte do corpo de co-titulares deste ente jurídico, a Concessionária Nacional e os demais intervenientes na exploração artesanal e semi-industrial devem tratar esta organização como uma verdadeira sociedade comercial (pequena ou média empresa), designadamente em matéria de impostos, de segurança social e outras obrigações aplicáveis às entidades empresariais, sem prejuízo da possibilidade de continuarem a ser titulares do título ao abrigo da integração económica dos mineradores artesanais prevista no artigo 170.º do Código Mineiro.

ARTIGO 7.º (Equipamentos semi-industriais)

1. Considerando os objectivos visados pela recuperação óptima dos recursos minerais, com a integração de actividades semi-industriais destinadas a potenciar as áreas de mineração artesanal de diamantes, tendo em conta disposto no n.º 2 do artigo 168.º do Código Mineiro e atendendo ao facto da Cooperativa ter atendido ao dever de fundamentação imposto pela referida norma, o titular da concessão aprovada ao abrigo deste Despacho pode usar os seguintes equipamentos semi-industriais:

- Lavarias pans ou gigas, com capacidade até 10 toneladas por hora;
- Bulldozer do tipo CATD3 a D6;
- Niveladora de especificação opcional;
- Dumpers/Camiões com capacidade de até 12m³;
- Dragas com bomba de sucção com capacidade até 10 toneladas por hora;
- Sondas, rotativas ou trado;
- Retroescavadora do tipo JCB, Volvo 290, 330.

2. A Concessionária pode requerer de modo fundamentado ao Ministro de Tutela a utilização de equipamentos diversos dos referidos no número anterior, mediante parecer vinculativo da Concessionária Nacional.